

PROJETO DE LEI

REVOGA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.329, DE 27 DE AGOSTO DE 2009 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SUBSECÇÃO DE CUBATÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fica revogado o parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 3.329, de Art. 1° 27 de agosto de 2009, bem como o Termo de Convênio constante do Anexo I e a Tabela de Honorários Advocatícios que serão regulamentados mediante Decreto.

> PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO EM 04 DE ABRIL DE 2025. "492" DA FUNDAÇÃO DO POVOADO 76° DA EMANCIPAÇÃO".

> > CESAR DA SILVA NASCIMENTO Prefeito Municipal

























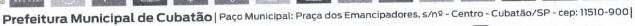














MENSAGEM EXPLICATIVA

Excelentíssimo Sr. Presidente,

Nobres Senhores Vereadores,

Temos a honra de encaminhar a essa Colenda Câmara, Projeto de Lei que "REVOGA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.329, DE 27 DE AGOSTO DE 2009 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSECÇÃO DE CUBATÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto de Lei, ora encaminhado a essa Egrégia Casa de Leis, tem como objetivo de aprimorar a gestão administrativa e assegurar maior eficiência na formalização e na execução de parcerias institucionais.

A proposta visa revogar os dispositivos legais que incorporaram, como anexo da referida lei, a minuta do convênio celebrado com a OAB - Subsecção de Cubatão, conferindo ao Poder Executivo a possibilidade de disciplinar os termos do convênio por meio de Decreto regulamentar.

Essa alteração se fundamenta na necessidade de conferir maior celeridade, agilidade e flexibilidade à Administração Pública, evitando que modificações meramente formais ou operacionais no texto do convênio dependam de novo processo legislativo, o que acaba por comprometer o princípio da eficiência na gestão pública.

Cabe destacar que a lei autorizativa não precisa conter, obrigatoriamente, a minuta do convênio como anexo. A doutrina e a jurisprudência são pacíficas ao reconhecerem que tais instrumentos pertencem à esfera administrativa, podendo ser ajustados e regulamentados por ato próprio do Executivo, especialmente

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

























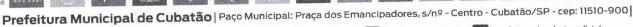














quando não envolvem inovação normativa, mas apenas a execução de política pública já autorizada em lei.

Além disso, a medida encontra respaldo nos princípios da separação dos poderes (art. 2° da CF): onde compete ao Legislativo autorizar e fiscalizar, e ao Executivo executar e regulamentar os atos administrativos necessários; da legalidade administrativa (art. 37, caput, CF): no qual a Administração pode agir com base em autorização legal, mas possui discricionariedade para definir os meios de execução e; da eficiência (art. 37, caput, CF): que exige que os atos administrativos sejam céleres, eficazes e desburocratizados., além da jurisprudência dos Tribunais de Contas, que reconhecem a possibilidade de regulamentação de convênios via Decreto, desde que haja autorização legislativa para a celebração.

Nesse sentido, a manutenção da obrigatoriedade de incluir a íntegra do convênio na lei representa um entrave burocrático desnecessário, obrigando o Município a reenviar projeto de lei à Câmara sempre que se fizer necessária a revisão de cláusulas de caráter técnico, procedimental ou financeiro.

Portanto, a presente iniciativa visa modernizar e racionalizar o processo de celebração de convênios, conferindo ao Executivo a necessária autonomia para ajustar os termos do convênio por meio de decreto, garantindo segurança jurídica, transparência e efetividade nas parcerias públicas.

Diante do exposto, em se tratando de Projeto de Lei de suma importância ao Município e sua manifesta legalidade, solicitamos seja o mesmo apreciado em regime de urgência, consoante o disposto no artigo 54 da Lei Orgânica do Município.

Cubatão, 04 de abril de 2025.

Prefeito Municipal











































Ofício nº 62/2025/SEJUR Processo Administrativo nº 7.556/2019

Cubatão, 04 de abril de 2025.

A Vossa Excelência o Senhor Vereador ALEXANDRE MENDES DA SILVA Presidente da Câmara Municipal Cubatão - SP.

LAMARA MUNICIPAL DE CUBATAC RECEBIDO HS. 23 DE 04 DE 25

Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para encaminhar para apreciação dessa Edilidade, Projeto de Lei que "REVOGA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.329, DE 27 DE AGOSTO DE 2009 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSECÇÃO DE CUBATÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"., bem como a respectiva Mensagem Explicativa.

CÉSAR DA SILVA NASCIMENTO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS







































